

AS ORIGENS DOS ESCRAVIZADOS FUGIDOS NOS ANÚNCIOS DO JORNAL A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1875-1884)

SEO, Iago Yoshimi Antunes¹; OLIVEIRA, Bruno Pereira de².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-550>

RESUMO

O presente estudo analisa quantitativamente as menções a escravizados foragidos no Jornal A Província de São Paulo, explorando suas raízes históricas. A pesquisa, realizada a partir da abordagem metodológica baseada na coleta e categorização regional de anúncios de “escravos fugidos”, destaca padrões recorrentes e características que possam oferecer informações sobre as origens desses escravizados. A partir da análise dos dados coletados no acervo do jornal, observa-se a recorrências de descrições detalhadas dos cativos anúncios de fugas, incluindo por vezes suas terras de origem.

Palavra-chave: escravizados fugidos; jornal A Província de São Paulo; origem.

ABSTRACT

The present study quantitatively analyzes mentions of fugitive slaves in the newspaper A Província de São Paulo, exploring their historical roots. The research follows a methodological approach based on the collection and regional categorization of "fugitive slave" advertisements, highlighting recurring patterns and characteristics that may provide information about the origins of these slaves. Through the analysis of data collected from the newspaper's archives, a recurrence of detailed descriptions of enslaved individuals in escape announcements is observed, sometimes including their places of origin.

Keywords: runaway slaves; jornal Província de São Paulo; native land.

¹ Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário UNIFAAT (2025), atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia política, jornalismo investigativo e de dados. Autor do livro "A Teoria de Tudo Social: Democracia LTDA". ORCID: 0009-0009-1294-8732 *E-mail:* iago.seo@gmail.com

² Bacharel em História pela PUC de Campinas e Mestre em Educação pela UFSCAR, atua na pesquisa e no ensino na área de Humanas desde 2010. *E-mail:* bruno_bpo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O *Jornal A Província de S. Paulo*, atual *O Estado de S. Paulo* (ou *Estadão*), celebrou em 2025 seus 150 anos de existência consolidando-se como um dos periódicos informativos mais longevos na história da imprensa brasileira. Desde a sua fundação em 1875, o *Província de S. Paulo* seguia com uma estrutura de páginas semelhante aos jornais da época. As duas páginas do jornal eram reservadas para anúncios publicitários, os quais retratavam uma São Paulo em processo de transformação urbana, evidenciada pela presença de propagandas de estabelecimentos financeiros, livrarias, bazares e comércios importadores. Contudo, esses espaços publicitários também evidenciavam a postura do periódico em relação à escravidão e o abolicionismo. Inicialmente, de forma similar à atuação dos republicanos, o jornal evitava abordar diretamente o tema, tratando-o como uma questão “social”, e não política. Dessa forma, era comum a presença de anúncios de compra e venda de escravizados, inclusive crianças, assim como notas de fuga de cativos e recompensas oferecidas por suas capturas (Corrêa, 2023). Esses anúncios perduraram com maior frequência até 1884, e gradativamente foram perdendo espaço nos periódicos até a sanção da lei Áurea em 1888.

O *Jornal Estado de S. Paulo* estruturou e disponibilizou um acervo digitalizado de seus periódicos desde a sua fundação, possibilitando assim perscrutar os anúncios sobre escravizados foragidos, suas características e descrições que informam suas procedências geográficas. A pesquisa utiliza-se dessa base de dados para identificar os anúncios de “*escravo fugido*”. O acervo de 944 edições abrange o período de 1875 até 2020, sendo que 81,27% estão condensadas no período entre 1875 e 1884, e constitui o recorte dessa pesquisa.

Os dados dos anúncios prospectaram escravizados foragidos, originários de diversas províncias brasileiras, em especial São Paulo, com 66 escravizados fugidos, seguida da Bahia, com 54 escravizados.

Esses dados, quando contextualizados ao período de 1870 e 1890, atravessam uma justaposição que Gebara (1998) aponta sobre as diversas formas de protestos dos escravizados à ordem estabelecida, sendo as fugas um elemento essencial para acelerar a transição para o trabalho livre. Tal fenômeno ocorria porque a fuga, não sendo considerada uma atividade criminosa *strictu sensu*, envolvia progressivamente setores livres da população. Dessa forma, a repressão a essas fugas passava a depender não apenas do apoio da comunidade, mas também da ampliação do controle sobre outros grupos sociais além dos escravizados (Gebara, 1988).

Diversos veículos de imprensa à época consolidaram-se como dirigentes editoriais para tal apoio popular em função do fim da escravatura, como o próprio *Província de S. Paulo*, redigindo nas colunas de “questões sociais”.

A escravidão e o abolicionismo, duas questões em alta naquele contexto, foram tratadas em A Província de São Paulo de forma mais aprofundada na seção “Questões Sociais”. [...] a escravidão atrasava a inserção do Brasil no ‘das nações civilizadas e do progresso, mas condenavam que antes de sua extinção era necessário o cumprimento de medidas que “protegessem os interesses da lavoura’, ou seja, indenização aos fazendeiros e um amplo programa de importação de imigrantes europeus (Corrêa, 2023, p. 134).

Dessa forma, a imprensa *per se*, por meio dos seus acervos, possibilita a realização de estudos paralelos que se mostram igualmente relevantes para a compreensão de uma totalidade histórica. Entre esses aspectos, destacam-se a delimitação da área geográfica de circulação dos jornais, seu alcance e influência, bem como a composição de seu público, abrangendo diferentes estratos sociais. Ademais, elementos como o preço do periódico, sua relação com os custos de produção e as flutuações monetárias constituem fatores essenciais para a análise desse fenômeno. Dessa forma, torna-se imprescindível vincular a situação da imprensa ao contexto histórico mais amplo, considerando suas especificidades e demandas próprias (Camargo, 1971).

A partir do momento em que a imprensa assume um caráter informativo por excelência, o noticiário dos jornais torna-se um repertório significativo de dados, tais como os disponibilizados pelo acervo do Estadão. Entretanto, apesar da relevância material, outros autores como Gilberto Freyre (1979) atentaram para o papel por vezes dubio da imprensa, enfatizando a necessidade de cautelosa análise, sob o manto dos tempos em que eram impressos seus jornais.

São os jornais, os do século XIX, quase sem nenhum interesse na parte editorial, para quem os folheie à distância de um século ou de meio século. Seus artigos de fundo e seus folhetins literários raramente nos comovem. Sua retórica política não nos comunica hoje nenhuma vibração humana. Seu noticiário só na última fase do regime escravocrático começa a dramatizar-se, interessando-nos na vida e nos crimes da época; registrando menos as fugas de escravos que os raptos das moças brancas, das iaiás finas, das filhas dos grandes proprietários, pelos bacharéis pobres ou por mulatos claros (Freyre, 1979, p. 78).

O estudo analisou 767 exemplares digitalizados ao longo do período isolado de nove anos, desde a fundação do jornal em 1875. No total foram identificados 748 anúncios mencionando escravizados fugitivos, detalhando suas características intrínsecas, bem como os devidos locais de origem.

1 IMPRENSA COMO CAMPO DE ANÁLISE

A imprensa brasileira constitui um campo fértil para investigações historiográficas, consolidando-se como objeto recorrente de estudos acadêmicos, conforme destaca Capelato (1988) em *“Imprensa e História do Brasil”*:

A reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido alvo de muitas pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos em vários setores da sociedade (Capelato, 1988. p. 43).

O noticiário desempenha um papel fundamental nas investigações históricas, sendo amplamente utilizado em análises econômicas, estudos sobre condições de vida, relações e lutas sociais, entre outros aspectos. Além disso, constitui uma fonte relevante para a literatura, conforme exemplificado pelo escritor Euclides da Cunha, que, ao elaborar sua obra *“Os Sertões”*, baseou-se nos relatos jornalísticos sobre Antônio Conselheiro e a guerra ocorrida no interior da Bahia (Capelato, 1988). Camargo (1971), por sua vez, sugere que a análise da imprensa deve incluir diferentes abordagens, as quais são igualmente relevantes para a compreensão de um contexto histórico mais amplo, reforçando a hipótese de Capelato.

No que tange à escravatura, a imprensa apresenta essa riqueza material histórica, relevante para diferentes abordagens. Ao percorrer desde anúncios de escravizados fugidos, abandonando a vida de servidão, até casos policiais, com os próprios sendo detidos, uma narrativa foi construída, dos anúncios aos noticiários, utilizada pelos proprietários de escravizados para divulgar a fuga e oferecer recompensa para aqueles que capturassem e devolvessem os fugitivos às suas propriedades (Ferrari, 2002).

A busca por esses foragidos geralmente era realizada pelos “capitães do mato”, que Bernardino José de Sousa definiu como chefes de tropilhas responsáveis por caçar e capturar os negros fugidos das senzalas (Sousa, 1939).

Tratando ainda sobre os anúncios, em *“A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no oeste paulista”*, Ferrari (2002) descreve o anúncio como uma reação do proprietário à fuga, em que ele recorre à imprensa para descrever características físicas, morais e até intelectuais desses escravizados. Uma das características mais marcantes descritas por esses proprietários, e como notado à frente, em menor frequência do que parece, diz respeito à terra natal desses escravizados. O cerne do interesse didático na coleta desses dados foi anteriormente estudado por Gilberto Freyre. Conforme escrito por

Amantino em seu artigo (2006, p. 59), “destarte, em 1934, Freyre proferiu uma palestra no Rio de Janeiro, intitulada ‘O escravo nos anúncios do jornal do tempo do império’”. A análise antropológica dos anúncios de negros fugidos publicados na imprensa brasileira do século XIX permitiu identificar diferentes grupos étnicos entre os cativos, tais como bantos, sudaneses, angolas, benguelas, congos, nagôs, minas e iorubás (Freyre, 1979). Sobre os anúncios de escravizados fugidos, Freyre (1979) destacou uma percepção do cativo como um recurso essencial ao trabalho, um aspecto que se manifestou de maneira uniforme entre os proprietários de estâncias e grandes fazendas de gado ou charqueadas no Rio Grande do Sul, assim como entre os fazendeiros de café do Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo, além de senhores do engenho na Bahia, Pernambuco e Maranhão. Os senhores da região Sul do Brasil, segundo tradição folclórica escravocrata, teriam um tratamento menos brando em relação aos escravizados, enquanto os do Nordeste seriam considerados relativamente mais benignos (Freyre, 1979).

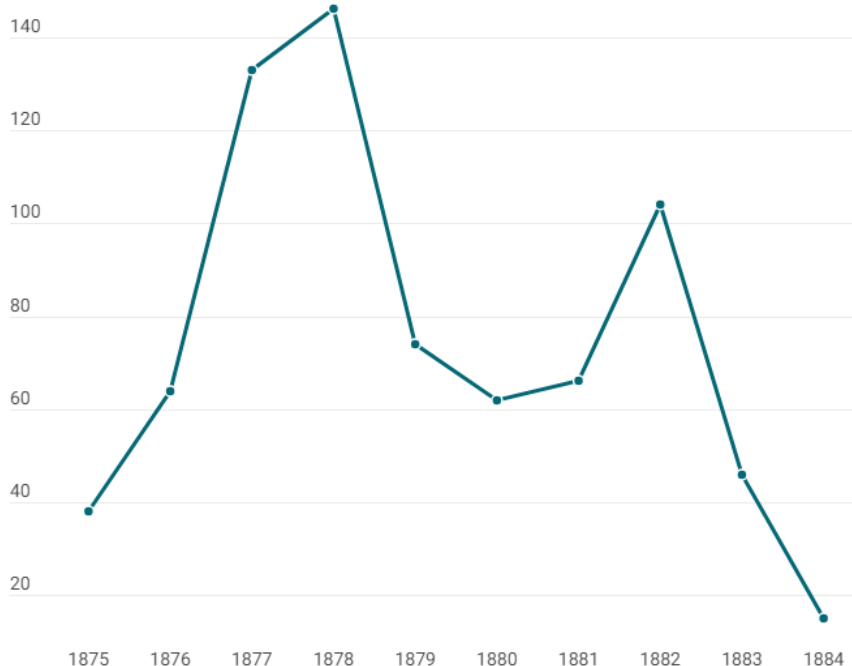
1.1 Perfil temporal dos anúncios dos escravizados fugidos

Em uma visualização a voo de pássaro, nota-se brevemente que os períodos em que houve maiores ocorrências de escravizados fugidos foram no fim dos anos de 1870 e início dos anos 80. Essa parte não diz respeito à terra natal desses escravizados, mas é digno de nota que esse período marcou o início do que Oliveira (2019, p.99) chamou em sua tese de “momento decisivo da crise escravista”. A partir de 1885, o governo imperial adotou uma postura repressiva em relação aos movimentos abolicionistas, implementando medidas legais e extralegis de contenção. Isso resultou em uma contextualização política de intimidação, a qual limitou a atuação dos abolicionistas no espaço público. Entretanto, o movimento se reorganizou e passou a adotar ações mais radicais, incluindo desobediência civil e, assim como dado por Freyre anteriormente, incitação à fuga de escravizados e ações políticas clandestinas (Baptista, 2019).

Com a ascensão do gabinete Cotegipe, a chamada “política do cacete” foi instituída, caracterizando-se por três práticas principais: manipulação eleitoral, distorção da lei e repressão aos abolicionistas. O Estado seguiu uma estratégia repressora inspirada pelo Fugitive Act de 1850, nos Estados Unidos, buscando punir aqueles que incentivassem fugas e agissem contra a escravidão (Baptista, 2019). Diante da crise política e econômica que envolvia a escravidão, a elite, ao se deparar com a instituição em declínio, concentrou-se na defesa do direito de

propriedade, o qual estava garantido pela Constituição de 1824, mas que fora enfraquecido pela Lei dos Nascituros, de 1871. Assim, com as crises políticas assentando-se e com o apoio popular a favor do abolicionismo ganhando forças no Brasil Império, era de se esperar que o número de anúncios de escravizados fugidos alcançasse seu ápice nesse período, seguido de uma queda exponencial.

Gráfico 1 - Totais de Anúncios de Escravizados Fugidos (1875-1884)



Fonte: ESTADÃO. **Escravidado fugido**. Acervo Estadão. Disponível

em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/1875-1884>

1.2 Contextualizando o Jornal *Província de S. Paulo*

O *Jornal A Província de S. Paulo* foi criado com a finalidade de ser um espaço de discussões acerca de questões econômicas e sociais fundamentais para o desenvolvimento da província, contribuindo assim para o progresso nacional. Ademais, o periódico assumia um papel pedagógico, almejando instruir a população e estabelecer um diálogo com outros veículos da imprensa da época. Desde a sua fundação, em 4 de janeiro de 1875, o jornal se posicionava como uma publicação independente, desvinculada de partidos políticos e de grupos governamentais, rejeitando qualquer subordinação a interesses individuais de agentes em busca de poder (Corrêa, 2023). O contexto da imprensa paulista e paulistana no período em que o *A Província de S. Paulo* foi ganhando espaço caracterizava-se pela proliferação de periódicos

associados à Academia de Direito do Largo de São Francisco, a qual impulsionou o desenvolvimento da imprensa de caráter político desde a fundação do curso de direito na cidade.

O grupo que compunha a rede de colaboradores do jornal compartilhava características sociopolíticas e geográficas comuns. Em grande parte, eram oriundos de Campinas e de regiões do oeste paulista, possuindo assim interesses políticos alinhados entre si, e participando de congressos, como o Congresso Republicano de Itu, realizado em 1873, anos antes da fundação oficial do jornal. Para além disso, eles eram constituídos por uma elite agrária cafeeira, engajando-se em debates agrícolas e interagindo em espaços intelectuais, acadêmicos e maçônicos (Corrêa, 2023). Do ponto de vista sociológico, esse grupo constituía uma “contra elite”, conforme o conceito de Alonso (2002), referindo-se a indivíduos que, excluídos do sistema político hegemônico, buscavam prestígio e influência política, contrapondo-se aos valores e práticas da aristocracia monárquica. Isso reforçou a linha editorial que o jornal seguiu nos anos seguintes, apresentando uma análise do cenário da imprensa brasileira e paulista da época. Argumentava-se que o alto custo da imprensa nacional resultava da dependência financeira dos veículos em relação a grupos políticos, o que restringia categoricamente a liberdade de expressão, mesmo para intelectuais e cientistas sem vínculos com essas estruturas de poder. Em contraposição a essa realidade, o jornal proclamava sua independência, garantido que o corpo editorial, liderado por Américo de Campos e Rangel Pestana, responderia exclusivamente aos mantenedores da publicação e à opinião pública (Corrêa, 2023).

Ainda conforme Corrêa, o debate acerca da escravidão e do abolicionismo foi mais amplamente desenvolvido no editorial de “Questões Sociais” do jornal, conduzido principalmente por Luiz Pereira Barreto, médico e divulgador do positivismo, e Manuel Ferraz de Campos Salles, advogado e militante do Partido Republicano. Embora a seção de “Questões Sociais” não seja o foco central desta pesquisa, foi possível identificar a posição editorial de seus colunistas ao longo da perscrutação de dados, como a de Rafael de Barros, na edição de 4 de setembro de 1883 do *Jornal Província de S. Paulo*; a primeira página apresenta a coluna intitulada “*Questões Sociais: O governo e o elemento servil, v*”, onde o autor discute a escravidão e os movimentos sociais que agitavam o país naquele período³. O colunista inicia

³ O ESTADO DE S. PAULO: Páginas da edição de 04 de setembro de 1883 – p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830904-2538-nac-0001-999-1-not/busca/escravo>. Acesso em: 09 fev. 2025.

sua análise destacando a inevitabilidade da abolição, dada a instabilidade social do Brasil na época, “Se não é possível, no que todos concordam, continuar o status quo pela agitação que está o país, menos possível é ainda a continuação da escravidão, tal qual hoje existe, como o argumento do fundo de emancipação” (Barros, 1883, p. 1).

Ao longo do texto, o autor (1883, p. 1) compara a condição dos escravizados libertos pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, com a daqueles que ainda permaneciam sob a coerção dos seus senhores, questionando: “qual escravo que não procurará por todos os meios seguir seu companheiro?” Nesse contexto, Barros buscou influenciar a opinião pública ao defender a emancipação gradual dos escravizados, evidenciando a posição editorial do veículo na época: “Tenho insistido sobre este ponto, talvez com demasiada repetição da mesma ideia, com o fim de fazer esta verdade penetrar na opinião pública que pode desorientar-se com o ruidoso entusiasmo dos que defendem a emancipação gradual” (Barros, 1883).

Essa abordagem transparece o posicionamento editorial do periódico, que, embora reconhecesse a necessidade da abolição, defendia uma transição gradual, sem apresentar críticas pontuais e duras.

Com a adesão dos movimentos abolicionistas e o favorecimento da imprensa a tal, os anúncios de negros fugidos foram desaparecendo, relegando aos espaços marginais das páginas dos jornais impressos, em caracteres menores e sem destaque tipográfico outrora conferido (Freyre, 1979). A supressão progressiva dessas publicações refletia a iminente abolição da escravidão no Brasil. Inicialmente, esses anúncios destacavam-se pelo detalhamento minucioso e realista, inclusive acompanhados, por vezes, de ilustrações representando um escravizado fugindo com uma trouxa nas costas. Contudo, com a aproximação do processo abolicionista, muitos jornais alinhados ao movimento emancipador, como o próprio *A Província de S. Paulo* se apresentou entre 1875 e 1884, passaram a recusar a divulgação de anúncios de compra, venda e fuga de escravizados, pautados por novos princípios éticos do jornalismo. Ademais, a sociedade abolicionista fomentava e, como narra Freyre (1979), auxiliava nas fugas dos cativos de maneira tão eficaz que não apenas despertava hostilidade dos proprietários de escravizados, mas também a apreensão dos donos de jornais.

2 AS FONTES

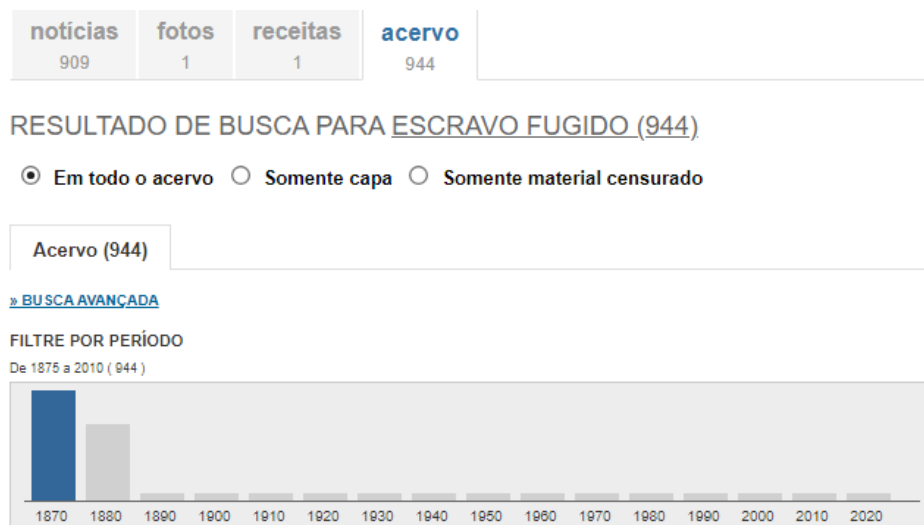
2.1 Identificação dos anúncios e suas características

Embasando metodologicamente a abordagem de Camargo (1971, p.227), que por sua vez utilizou em sua análise a classificação de Pedro Parafita de Bessa, a autora destaca a classificação proposta por Bessa para analisar o conteúdo dos jornais, com foco na divisão entre “anúncio” e “contexto”. A classificação, baseada em jornais de 1944, distingue de forma ampla as seções de anúncios comerciais, incluindo informações sobre compra, venda, aluguel, empregos, profissões; e o contexto, abrangendo as demais matérias, como noticiário, editoriais e comentários. Camargo (1971, p. 229) cita a abordagem de Stanley Stein, que extraiu informações da imprensa sobre câmbio, produção cafeeira, população escrava e tráfico negreiro. Embora o autor não aborde explicitamente jornais do século XIX, esses também podem ser incorporados a uma análise sob a divisão maior sugerida no que tange aos anúncios.

A pesquisa se concentrou, assim, na prospecção de anúncios focados exclusivamente em “escravos fugidos” e sua origem natal. Essa filtragem de dados foi possível por meio do acervo do *Jornal Estado de S. Paulo*, disponibilizado pelo próprio veículo em seu site⁴. Ao realizar a pesquisa utilizando o termo “escravo fugido” nas abas de pesquisa do acervo, foram identificadas 944 manchetes, abrangendo o período de 1875 a 2020. A maior concentração de registros está condensada entre 1875 e 1884, com 81,27% das ocorrências de todos os anos dadas apenas entre esses 9 anos, período em que se focou o escopo central da pesquisa.

⁴ O acervo completo do Estadão está disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>

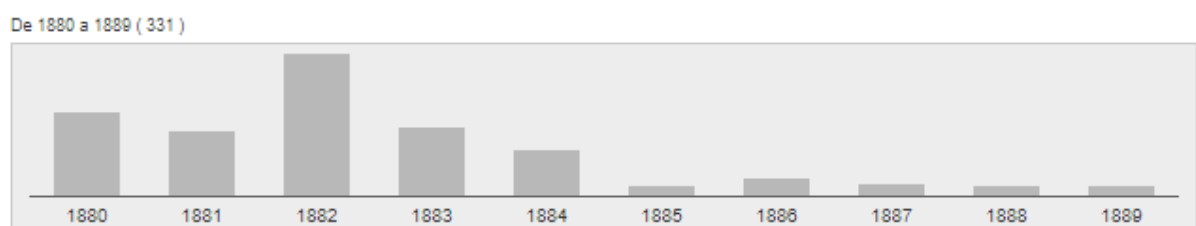
Figura 1 - Resultado de busca para “escravo fugido”



Fonte: ESTADÃO. **Escravo fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

As ocorrências de anúncios mais significativas estão entre o fim da década de 70 e início da década de 80. A partir de 1884, observou-se uma queda acentuada de registros relacionadas ao termo pesquisado. Em comparação com a década anterior, o jornal apresentou um dos menores índices de anúncios sobre escravizados fugidos. Esses dados, confrontados com a época em que o veículo consolidou sua oposição à escravidão (Corrêa, 2023), coincidiram com uma redução de 30,17% no número de anúncios de escravizados fugidos entre 1875 e 1884.

Figura 2 - Período das citações de 1880 até 1889



Fonte: ESTADÃO. **Escravo fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Com a pesquisa delimitada pelo período de 1875 a 1884, foram filtradas 767 matérias disponíveis no acervo nas quais os termos dentro de anúncios ocorrem. Dentre elas, 475 anúncios foram publicados entre 1875 e 1879, e 292 entre 1880 e 1885, cobrindo o período final da coleta. No entanto, os anúncios não apresentaram uma distribuição homogênea, e a

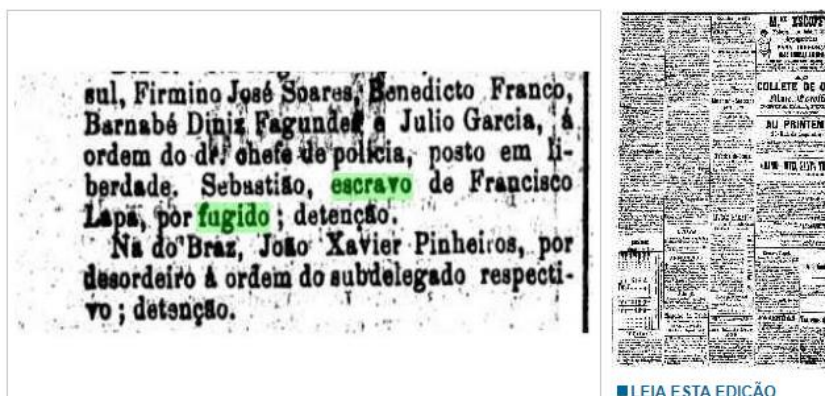
descrição dos escravizados era disposta a vicissitudes consideráveis. Para organizar esses dados, foi criado um painel digital, no qual os anúncios foram recortados e agrupados por estado, acompanhados de uma planilha. Essa organização mostrou uma diversidade e fragmentação nas ocorrências do acervo. O site contém citações que nem sempre se referem diretamente aos anúncios de escravizados, mas também a diversos contextos em que estes são mencionados, como detenções por autoridades policiais ou transações comerciais típicas da época (Freyre, p. 18).

A coleta dos dados focou assim exclusivamente nos anúncios de escravizados fugidos, exigindo uma análise das características desses indivíduos descritos, com ênfase na identificação de suas origens. Dessa forma, a catalogação foi restrita às ocorrências que continham citações diretas a anúncios de escravizados fugidos, excluindo aquelas que não condiziam com tal⁵.

Figura 3 - Exemplo de ocorrência dos termos sem referenciar um anúncio

08/10/1878, PÁGINA 3

● EDIÇÃO NACIONAL



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Nos anúncios identificados, os anunciantes forneciam detalhes dos traços dos escravizados fugidos, visando facilitar a identificação desses. Apesar da descrição detalhada, os anúncios apresentaram nuances nas descrições utilizadas. Em algumas ocorrências, o

⁵ Para as manchetes em que o acervo apresenta um resultado, mas não faz referência ao anúncio, utilizou-se o termo "N/A".

anunciante não fornece uma preleção completa do escravizado fugido, o que resultou na omissão de informações, como a terra natal desses homens⁶.

Figura 4 - Exemplo de manchete. Edição de 29 de dezembro de 1878

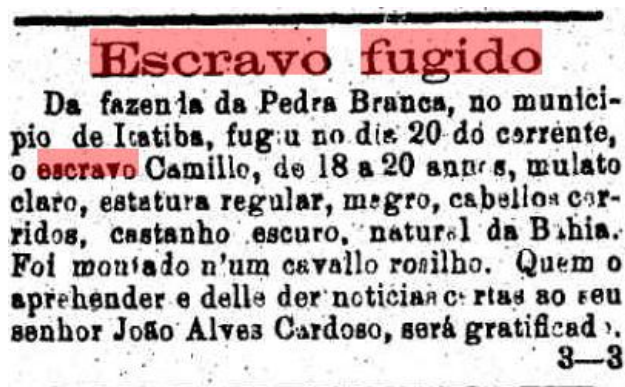
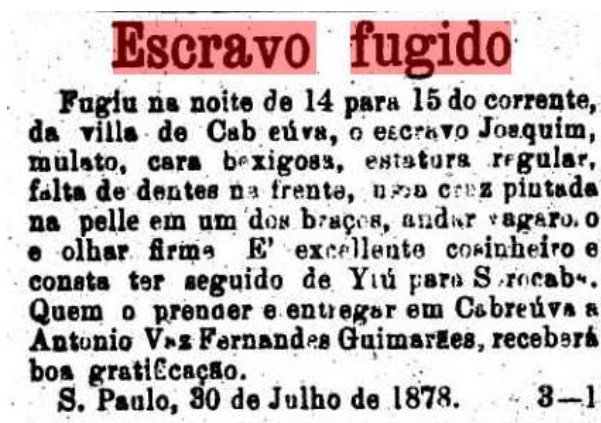


Figura 5 - Exemplo de manchete sem a citação da terra natal. Edição de 31 de julho de 1878 - p. 3



Fonte: Idem. Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

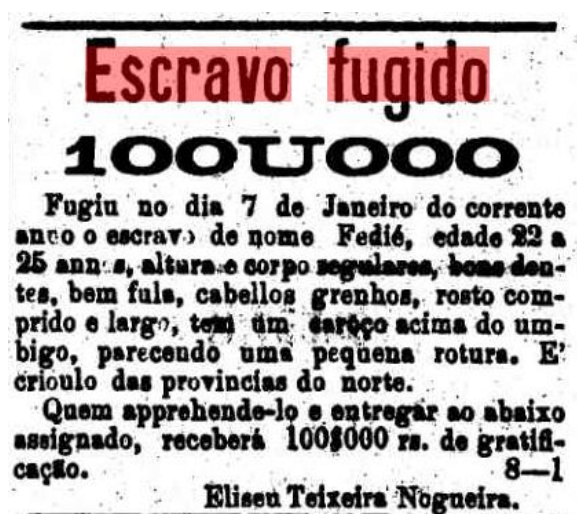
Em outros anúncios, a terra natal dos escravizados não era especificada com precisão, sendo mencionada apenas a província de origem. Diversas fontes analisadas identificaram os escravizados foragidos como originários das “províncias do norte”, atualmente reconhecidas como o Nordeste brasileiro⁷.

Em Pernambuco e sua área de influência – as capitânicas e, depois, províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas [...] Neste, amplos setores da sociedade pernambucana e das demais “províncias do Norte” ensejaram uma separação radical da monarquia portuguesa. (Silva, 2007. p. 200).

⁶ Para essas ocorrências onde foram omitidas informações que fosse possível verificar a origem do escravizado, utilizou-se o termo “sem especificação”.

⁷ Para as ocorrências citando apenas a “província do norte”, utilizou-se na prospecção como “P. do Norte”

Figura 6 - Exemplo de ocorrência de um escravizado das “províncias do norte”. Edição de 15 de janeiro de 1878



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Durante a análise dos dados, foram identificados anúncios de escravizados provenientes de outros países. Embora em menor frequência, os escravizados fugidos originários desses territórios internacionais foram devidamente categorizados ao longo da pesquisa⁸.

Figura 7 - Exemplo de escravizado proveniente do Congo. Edição de 6 de janeiro de 1882

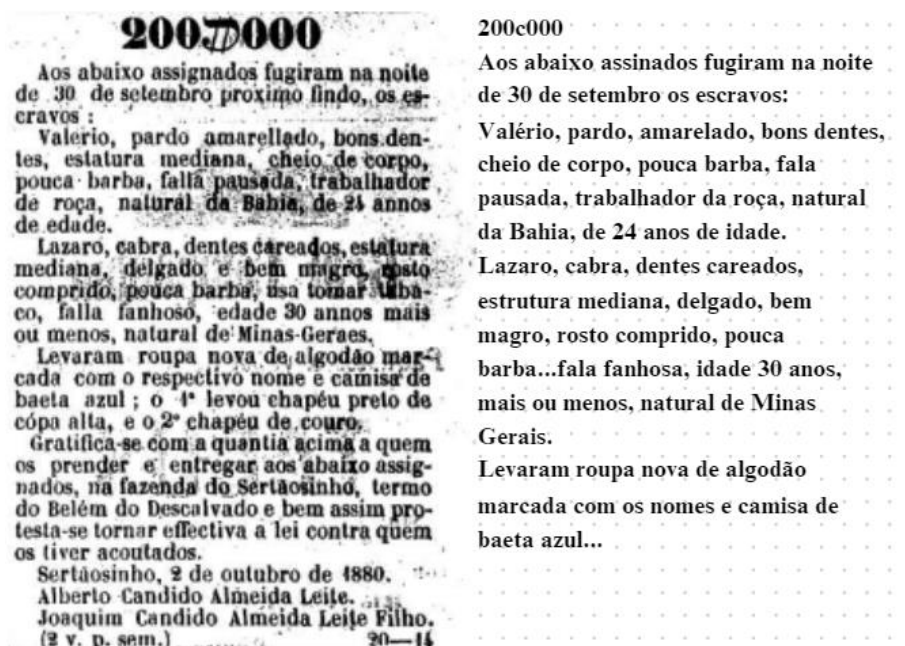


Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

⁸ Para elucidar os dados com relação aos anúncios, a pesquisa priorizou anúncios de escravizados fugidos nascidos no Brasil.

Outra característica desses anúncios refere-se à quantidade de escravizados mencionados em um único bloco. Em algumas situações, os proprietários denunciavam a fuga de mais de um escravizado em um único anúncio, estes por sua vez podendo ser provenientes de diferentes partes do país. Em detrimento disso, contabilizou-se individualmente cada escravizado, sendo agrupado em suas respectivas regiões de origem, como por exemplo:

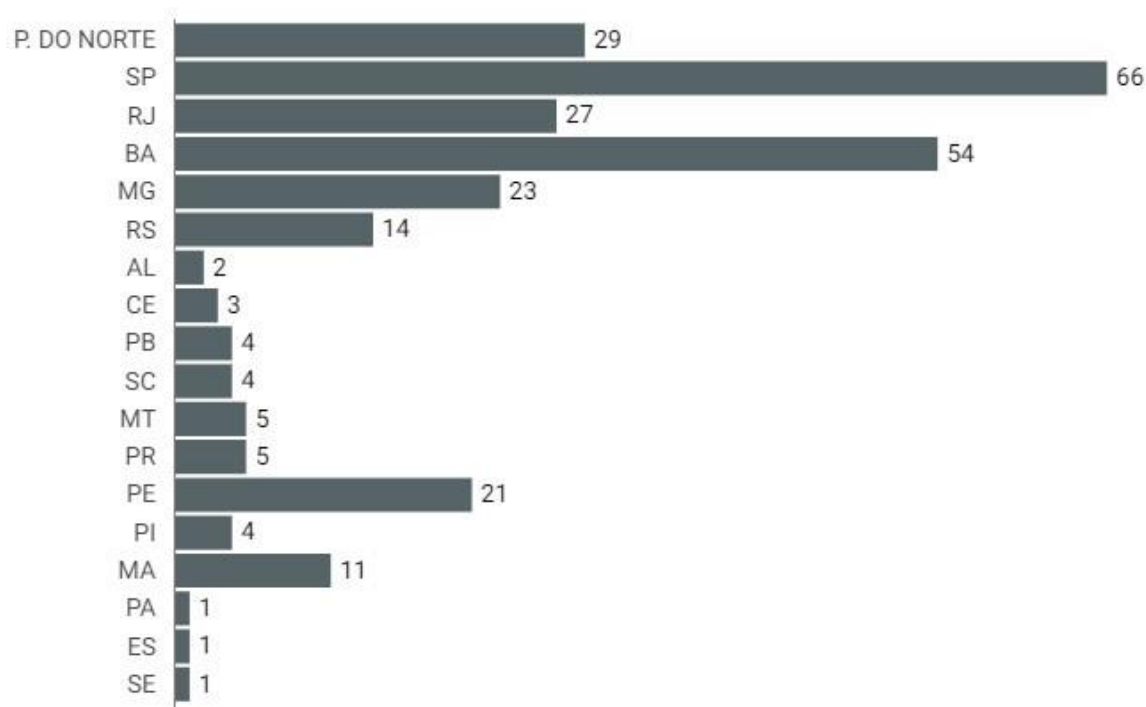
Figura 8 - Recorte extraído do jornal *Província de S. Paulo*



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Além disso, diversos desses anúncios identificados repetiram-se ao longo dos periódicos, o que poderia comprometer uma coleta pura dos dados, uma vez que o foco da pesquisa é identificar a origem desses fugidos. Para mitigar essa questão, a pesquisa adotou um filtro para eliminar os anúncios duplicados em diferentes ocorrências. Assim, o total de escravizados fugidos foi calculado subtraindo o número de ocorrências repetidas para os mesmos escravizados, tendo assim como resultado o total de “anúncios únicos”, como foi chamado. Com isso, foram identificados escravizados descendentes de diversos estados brasileiros, além de escravizados provenientes de outros países.

Gráfico 2 - Distribuição de escravizados fugidos por região do Brasil anunciados no “Província de S. Paulo”



Fonte: ESTADÃO. Escravizado fugido. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

2.2 Identificando a terra natal dos escravizados fugidos

Com base na análise dos anúncios de fugitivos publicados entre 1875 e 1884, foi possível obter informações sobre suas origens natais. Dentre os 766 anúncios identificados pela pesquisa dentro de período, 740 referiam-se a anúncios de escravizados em fuga. O restante tratava de conteúdos paralelos ao termo, como casos policiais ou anúncios de vendas. Dos 740 anúncios, por sua vez, 465, correspondendo a aproximadamente 62,84% do total, referiam-se a escravizados fugidos, mas sem dados sobre suas devidas origens. Já nos 275 anúncios restantes foi possível identificar suas devidas terras de origem, e divididas por região e estado. Quando distribuídos regionalmente, identificam-se 117 indivíduos da região Sudeste; 23 do Sul; 5 do Centro-Oeste; 129 do Nordeste e 1 do Norte⁹:

⁹ A divisão regional adotada neste estudo segue a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em suas divisões regionais. Essa abordagem foi necessária devido à identificação de ocorrências de escravizados naturais do Pará, atual região Norte, e de escravizados provenientes das "províncias do norte", que

Tabela 1 - Distribuição regional dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo”

Ocorrência por região (1875-1884)	
Sudeste	117
Sul	23
Centro-Oeste	5
Nordeste	129
Norte	1

Fonte: ESTADÃO. **Escravidão fugido**. Acervo Estadão. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

A significativa presença de escravizados provenientes do Nordeste encontra sua justificativa na raiz colonialista do século XVIII e XIX desse processo, conforme observado por Rodrigues e Silva (2017). No que tange às políticas intervencionistas do Estado voltado à colonização e imigração da região Nordeste do Brasil, contata-se a existência de intencionalidades específicas na formulação e implementação dessas iniciativas. Entre os principais objetivos, destacam-se: a ocupação de territórios fronteiriços com a América do Sul, anteriormente sob domínio espanhol; a manutenção da soberania nacional sobre áreas reconhecidas internacionalmente; a exploração de vastas regiões do interior ainda inexploradas e a integração entre sertão e litoral, promovida por meio do processo de colonização e imigração. Essa implantação de colônias militares insere-se em um projeto estatal voltado à ocupação territorial e à conversão dos ocupantes em colonos produtivos, mediante um regime militarizado baseado na disciplina e em normativas jurídicas específicas ao contexto castrense. Ressalta-se que o Estado promoveu, divulgou e implementou políticas migratórias para incentivar o povoamento de regiões interiores, fomentando a formação de colônias e

hoje correspondem à região Nordeste do Brasil. Para mais detalhes sobre as divisões regionais, consultar: *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: 2017* / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

estimulando a chegada de imigrantes espontâneos (Rodrigues; Silva, 2017, p. 73), o que justificaria o movimento mercadológico dos escravizados do Norte no resto do país.

Tabela 2 - Distribuição local dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo” (1875-1884)

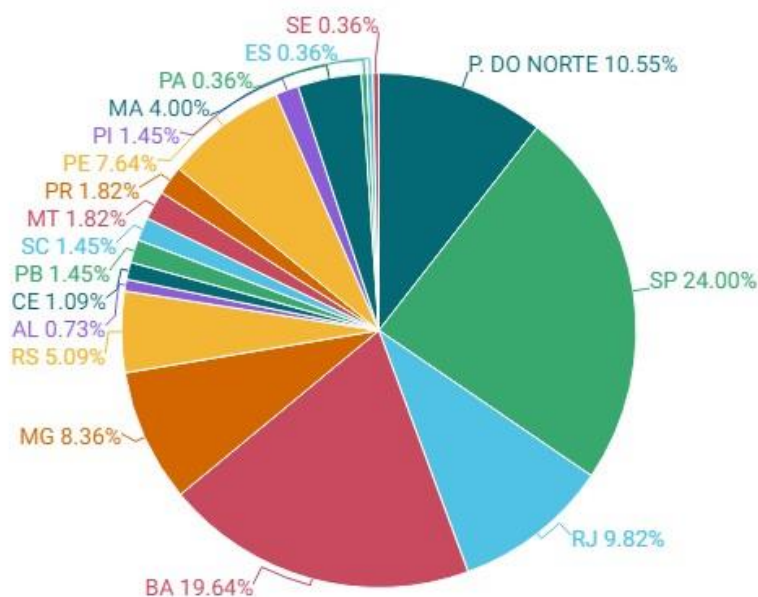
TOTAL DE OCORRÊNCIAS ÚNICAS ENTRE 1875-1884		
Região, internacional ou província	Escravos Identificados	%
P. DO NORTE	29	10.55%
SP	66	24.00%
RJ	27	9.82%
BA	54	19.64%
MG	23	8.36%
RS	14	5.09%
AL	2	0.73%
CE	3	1.09%
PB	4	1.45%
SC	4	1.45%
MT	5	1.82%
PR	5	1.82%
PE	21	7.64%
PI	4	1.45%
MA	11	4.00%
PA	1	0.36%
ES	1	0.36%
SE	1	0.36%

Fonte: ESTADÃO. **Escravidão fugido**. Acervo Estadão. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

2.3 Perfil regional e breve contexto histórico dos escravizados fugidos

Analisando individualmente os estados e regiões provinciais de que os escravizados procedem, observa-se que a província de São Paulo, com 66 escravizados fugidos, aproxima-se da Bahia, que registra 54 casos. Escravizados foragidos nascidos nessas duas províncias foram os mais frequentemente identificados, totalizando 43,64% dos anúncios entre 1875 e 1884.

Gráfico 3 - Distribuição proporcional por região do Brasil dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo” - Total, de 1875-1884



Fonte: ESTADÃO. **Escravidado fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Outras províncias notórias são a do Rio de Janeiro, com 27 escravizados fugidos e do Rio Grande do Sul, com 14. Ambas as regiões mantinham, desde o século XVIII, uma correlação econômica, como colocado por Osório (2005, p.16):

Quanto à origem dos escravos, verificamos um equilíbrio entre crioulos e africanos na população do Rio Grande, com uma pequena superioridade dos primeiros sobre os segundos. Contrariamente, os africanos predominaram, e de forma marcante, no período 1810-1825 no Rio de Janeiro. Estas diferenças devem-se ao fato da capitania não estar diretamente vinculada ao tráfico atlântico de escravos e ter uma economia basicamente de abastecimento interno à própria colônia, enquanto o Rio de Janeiro configurava-se como o principal porto do tráfico negro da América portuguesa.

A autora argumenta que a predominância de plantéis de até quatro escravizados no Rio Grande do Sul era expressiva, representando 52% do total, enquanto 78% dos proprietários possuíam, no máximo, nove cativos. Essa configuração os classificaria como pequenos proprietários no contexto ainda da América Portuguesa. No entanto, ao analisar o meio rural do Rio de Janeiro, observa que, entre 1790 e 1830, os plantéis de 1 a 4 escravizados variavam entre 10 e 20% do total de proprietários, enquanto aqueles que possuíam entre 20 e 49 cativos estavam amplamente disseminados entre a população livre, configurando-se como uma base econômica da sociedade em uma forma comum de investimento. Além disso, a aquisição dos cativos por

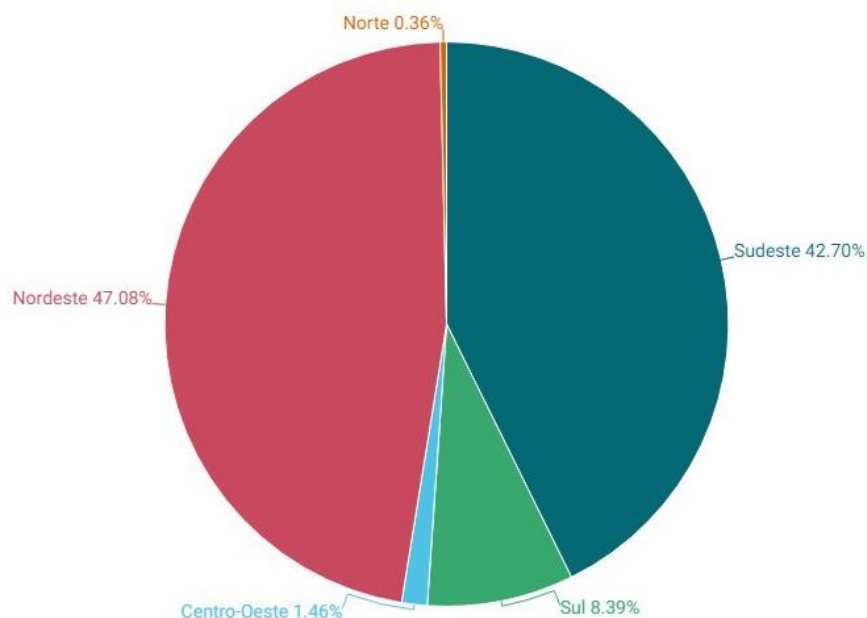
indivíduos de recursos limitados sugere que a mão de obra escravizada era relativamente acessível e abundante, o que possibilitava sua ampla distribuição, inclusive entre ex-escravizados, conhecidos como “forros” ou “libertos” (Osório, 2005).

Ainda sobre as regiões Sul e Sudeste, outro fator dominante e amplamente estabelecido na historiografia brasileira, rebusca no século XVIII a economia colonial, que passou por um processo de diversificação impulsionado pela atividade mineradora (Marquese, 2006). Tal fenômeno resultou no desenvolvimento de uma produção voltada ao abastecimento do mercado interno, como a pecuária do Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco, bem como a produção de mantimentos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Ademais, a formação de diversos núcleos urbanos nessas cidades contribuiu para o dinamismo econômico interno, baseado sob o aspecto central de sua atividade.

Essa análise reside no fato de que essas atividades – tanto rurais quanto urbanas – baseavam-se na escravidão, com um padrão de posse de cativos distribuído em diferentes estratos de riqueza, não estando restrito exclusivamente aos grandes proprietários de capital ou aos senhores brancos. Para além disso, outro fator nesse cenário foi a expansão acelerada da cafeicultura em direção ao oeste paulista, fenômeno que, ao mesmo tempo em que era impulsionado, também fomentava uma série de processos interdependentes. Dentre eles, destacam-se a ampliação da malha ferroviária, o desenvolvimento do sistema bancário e o crescimento da imigração. Esses fatores contribuíram para a consolidação do chamado complexo cafeeiro (Eiguelman; Saes, 2005).

Analisadas em proporcionalidade, 47,08% das ocorrências de escravizados fugidos eram da região Nordeste, enquanto a segunda maior parcela, de 42,70%, da região Sudeste. Se somadas ainda as regiões Sul e Sudeste, os valores ultrapassam em mais de 50% dos casos de cativos foragidos provenientes dessas terras.

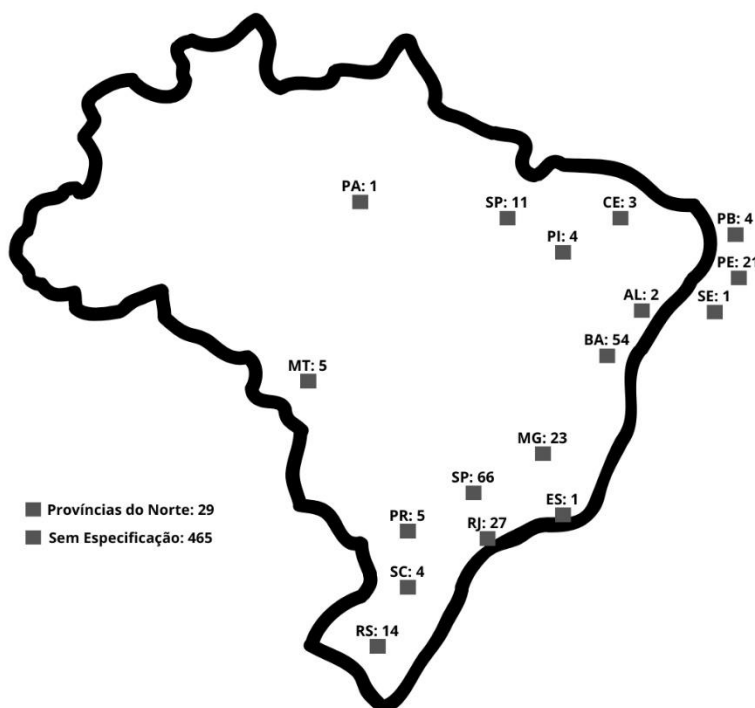
Gráfico 4 - Distribuição proporcional por região do Brasil dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo”



Fonte: Distribuição feita pelo autor a partir do acervo do ESTADÃO. Acervo Estadão. Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/](https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/.). - 1875-1884

Na região Sudeste, a instituição escravista, especialmente em seus últimos anos de vigência, foi compelida a adaptar-se à intensificação da pressão abolicionista. Um desses desafios mais significativo foi a ascensão da vertente radical do movimento abolicionista, que mobilizava amplos setores populares e alcançava até mesmo as senzalas. Embora essa mobilização fosse mais evidente no meio urbano, sua influência não se restringe a esse contexto. Na província de São Paulo, foco desta análise, o abolicionismo radical exerceu forte presença não apenas na capital e em Santos, mas também em áreas cafeeiras desde o início da década de 1880 (Machado, 1994).

Figura 4 - Distribuição nacional das terras descendentes dos escravizados fugidos



Fonte: Distribuição feita pelo autor a partir do acervo do ESTADÃO. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das menções a escravizados foragidos no jornal *Província de São Paulo* revela não apenas a recorrência das fugas como estratégia de resistência, mas também a importância das referências de origem dos escravizados quando confrontadas com os devidos contextos históricos. As descrições encontradas nos anúncios frequentemente mencionam traços físicos, habilidades e, em menores casos, a procedência geográfica dos cativos, mas suficientes para evidenciar a diversidade étnica e cultural da população escravizada no Brasil oitocentista.

A identificação das origens dos escravizados nos anúncios não era apenas um elemento de reconhecimento, mas também um fator que influenciava sua inserção na estrutura escravista. Cativos provenientes de determinadas regiões africanas ou de outras partes do Brasil eram associados a características específicas, o que influenciava sua valorização no mercado e sua relação com os senhores. Além disso, a manutenção de laços culturais e linguísticos entre indivíduos de mesma origem sugere que as fugas, muitas vezes, não eram atos isolados, mas

estratégias organizadas dentro de redes de apoio formadas por escravizados que compartilhavam vínculos regionais.

Dessa forma, ao investigar as referências às terras de origem nos registros de escravizados foragidos, este estudo reforça a relevância da identidade e da memória coletiva na resistência à escravidão. A reconstrução dessas histórias permite uma compreensão mais ampla das experiências dos cativos e de suas tentativas de reaproximação com suas raízes, mesmo diante das adversidades impostas pelo regime escravista.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAPTISTA, L. **Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dois liberais críticos? O momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889)**. 2019. Tese (Doutorado) — [s.n.], 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História**, Campinas, 1971.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CORREA, Rubens Arantes. A Província de São Paulo (1875-1889): a trajetória de um jornal na transição Monarquia-República. **Projeto História, São Paulo**, v. 78, p. 122-157, set./dez. 2023.

EIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. (Brasiliana, v. 370). (Série Estudos e Pesquisas – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 14).

GEBARA, Ademir. **Escravidão: fugas e controle social**. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 18, n. Especial, p. 103-146, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edusp, 1994. p. 143.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, mar. 2006. Disponível

em:

https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?utm_source=chatgpt.com#.
Acesso em: 05 fev. 2025.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-80.

O ESTADO DE S. PAULO. Páginas da edição de 04 de setembro de 1883 – p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830904-2538-nac-0001-999-1-not/busca/escravo>. Acesso em: 09 fev. 2025.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. In: **II Jornada de História Regional Comparada**, Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 1-16.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**, 2017.

SAES, Flávio A. M. de. **As ferrovias de São Paulo**, 1870-1940.

SOUSA, B. J. **Dicionário da Terra da Gente do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.